

anpae

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA
E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

www.anpae.org.br

CARTA DE NATAL

Em Defesa da Educação Pública Brasileira

Educadores, pesquisadores, administradores e estudantes universitários dos sistemas de ensino público em nível municipal, estadual e federal bem como da rede privada de Estados do Nordeste e do Norte do Brasil, reunidos em Natal, no período de 8 a 10 de novembro de 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no VI SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE E NO V ENCONTRO ESTADUAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, a partir da abordagem de temas referentes à realidade da educação brasileira constatam, por meio de dados oficiais, a persistência de problemas históricos não superados pelas políticas públicas dessa área social.

Diante do exercício da indissociabilidade entre as reflexões efetivadas nestes FÓRUMS e da necessidade de se fazer proposições ao Estado brasileiro, em seus poderes constitutivos (executivo, legislativo e judiciário), defendemos que a política educacional se consolide como política de Estado e que no âmbito das prioridades do Estado e das diversas esferas de governo (União, Estados e Municípios) seja prerrogativa básica para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro; de melhoria das condições sociais de vida da qual não se separa a urgência de políticas efetivas de distribuição de riqueza e renda; de geração e garantia de emprego, uma vez que o Brasil, apesar de ser uma economia emergente, inclui-se entre os países de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, do mundo. E, mesmo o governo brasileiro tendo aprovado o Programa Bolsa Família como mecanismo de distribuição de renda e de garantia das crianças pobres brasileiras na escola, os reflexos dessa política são insuficientes para diminuir o fosso das desigualdades sociais e dos problemas evidenciados na área da educação em nosso país.

1. No ensino fundamental a reprovação e a conseqüente repetência escolar apresentam-se em torno de 20,6% sendo a maior taxa dos países do Continente Latino-Americano e uma das maiores do mundo.
2. A distorção idade/série ainda é de 49%.
3. 13% dos brasileiros acima de 15 anos são analfabetos absolutos além daqueles considerados funcionais, aproximadamente 30 milhões.
4. A evasão escolar faz com que apenas 88% das crianças que ingressam no ensino fundamental cheguem ao quarto ano, 57% à oitava ao oitavo ano e somente 37% concluem o ensino médio.
5. Apenas 68% das crianças entre 04 e 06 anos de idade são atendidas pelos sistemas formais de ensino.
6. Nesse sentido a perspectiva de universalização da educação básica – infantil, ensino fundamental e médio – a despeito dos esforços empreendidos pelos dirigentes da educação pública e gratuita, está comprometida.
7. Na prática, a formação inicial de professores em nível superior tem sido negligenciada. O relatório Educação para Todos da Organização das Nações Unidas /ONU/ sobre a educação, lançado em 23/04/06, revela que a maioria dos professores concluem apenas o magistério em nível médio.
8. O Brasil gasta apenas 4,4% do Produto Interno Bruto - PIB em educação, colocando-se no 77º lugar no *rank* entre 133 países analisados. Porém os dados aqui apresentados – muito aquém da média internacional entre os países que realmente priorizam a educação em seu orçamento – denunciam que são insuficientes para promover a qualidade requerida política e socialmente.

Diante do exposto os signatários desta CARTA DE NATAL comprometidos com a defesa de uma educação pública e gratuita com qualidade social referenciada, entendem que estamos diante de dilemas e desafios para superar estes problemas históricos reconhecendo a corresponsabilidade da sociedade civil, das instituições de ensino, enfim das instâncias do Estado brasileiro sendo todos formuladores e executores de políticas sociais em nível nacional, das unidades federadas e locais. Alguns desafios requerem medidas políticas urgentes e apresentadas nas seguintes proposições:

1. Entender que a **universalização da educação** com a qualidade pedagógica e administrativa solicitada pela sociedade informacional e global “requer elevados e duradouros investimentos em matéria de recursos humanos, com destaque à formação de professores e administradores do ensino, e em matéria de recursos financeiros e materiais, com destaque a recursos tecnológicos de ponta”, ou seja, “infra-estrutura de comunicação e informação educacional” (Palestra de Abertura do Presidente Nacional da ANPAE, Prof. Benno Sander, proferida nos eventos da ANPAE Regional e Estadual, realizada em Natal/RN).
2. Tornar a educação uma prioridade política no orçamento público da União o que implica investir, no mínimo 8% do PIB a receita para educação, cuja possibilidade é revelada em estudos e pesquisas recentes sobre o tema.
3. Elevação do investimento per capita aluno/ano nos diversos níveis de ensino, visto que a posição brasileira é desvantajosa comparando-se a países que priorizam esse componente social como estratégia política.
4. Implementar políticas consistentes de valorização do magistério e do trabalho docente mediante: elaboração e implementação de planos de cargos e salários, (incluindo-se no âmbito das carreiras de profissionais estratégicas no âmbito do Estado brasileiro); remuneração correspondente aos demais profissionais com idêntica qualificação; ambiente físico, pedagógico e administrativo favorável ao trabalho docente; incentivo à formação inicial e continuada de modo que os profissionais da educação possam dedicar-se ao exercício da docência com a responsabilidade, formação e a tranqüilidade requeridas por esta função; proposta curricular e material didático-pedagógico que correspondam à heterogeneidade de situações locais articuladas com o global.
5. Implementar políticas de gestão educacional envolvendo educadores e gestores de políticas em diversos níveis da administração pública e que compreenda a gestão administrativa, pedagógica e financeira de forma democrática, articulada com setores representativos da sociedade, em diferentes níveis.

Com esta proposta nos posicionamos como participantes, corresponsáveis pela proposição e execução das políticas de educação articuladas com outros setores da vida pública e privada da sociedade brasileira.

Natal, RN, 10 de novembro de 2006

Assembléia Geral da ANPAE/Nordeste e ANPAE/RN